



GOVERNO DE PERNAMBUCO
Secretaria de Saúde

COMISSÃO MISTA DE AVALIAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

PARECER CONCLUSIVO

UPA OLINDA – FEVEREIRO E MARÇO/2022

OBJETO: Parecer Conclusivo referente aos resultados obtidos nos meses de fevereiro e março de 2022, no âmbito do Contrato de Gestão nº 001/2022, celebrado entre a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e a Organização Social de Saúde Instituto Social Medianeiras da Paz - ISMEP, para o gerenciamento e a execução de ações e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento – UPA OLINDA no município de Olinda-PE.

INTRODUÇÃO

Chega a esta Comissão Mista de Avaliação, instituída através da Portaria Conjunta SES/SEPLAG/SAD nº 240, de 06/07/2016, com efeitos retroativos a 01/05/2016, alterada pela Portaria Conjunta SES/SEPLAG/SAD nº 001 de 19/01/2022, em atendimento aos termos do § 3º, do Artigo 16, da Lei Estadual nº 15.210/2013, com redação alterada pela Lei Estadual nº 16.155/2017, o Parecer Técnico da Comissão Técnica de Acompanhamento Interno – CTAI nº 268/2022, referente aos resultados obtidos nos meses de fevereiro e março de 2022 (UPA Olinda).

Tal documento, bem como os anexos e os registros no Sistema de Gestão, subsidiam a emissão de Parecer Conclusivo por esta Comissão Mista, em atendimento aos termos do § 1º, do Artigo 16, da Lei Estadual nº 15.210/2013, com redação alterada pela Lei Estadual nº 16.771/2019.

FUNDAMENTAÇÃO

Para emissão do presente Parecer, esta Comissão Mista de Avaliação dos Contratos de Gestão remete-se ao § 1º do Artigo 16 da Lei Estadual nº 15.210/2013, com redação alterada pela Lei Estadual nº 16.771/2019, conforme abaixo transcrito:

“Art. 16. Será instituída Comissão Mista de Avaliação para proceder à análise definitiva dos relatórios trimestrais sobre os resultados do contrato de gestão.

§ 1º - Após o recebimento do parecer da Comissão de Acompanhamento Interno do Contrato de Gestão acerca dos relatórios trimestrais e resultados atingidos com a execução contratual, a Comissão Mista de Avaliação deverá, até o último dia do mês subsequente, emitir parecer conclusivo a ser disponibilizado no Portal da Transparência do Governo do Estado de Pernambuco, bem como encaminhado à Secretaria de Saúde e à Secretaria da Controladoria Geral do Estado”.

O Parecer CTAI nº 268/2022 e os anexos referentes aos resultados assistenciais obtidos pela UPA Olinda, nos meses de fevereiro e março de 2022, foram entregues à Diretoria-Geral de Controle Interno (DGCI) e a esta Comissão Mista na data de 21/07/2022, através do Ofício DGMMAS nº 320/2022 constante na plataforma SEI Processo nº 230000999.000226/2022-15.

Ressalta-se que os números em sobrescrito nesse Parecer se referem às considerações desta Comissão Mista de Avaliação, que estão listadas no fim deste documento.

UNIDADE ANALISADA – UPA Olinda

A partir de 01/02/2022, a UPA Olinda passou a executar suas atividades de acordo com o Contrato de Gestão nº 001/2022, assinado em 20/01/2022 entre a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e a Organização Social de Saúde Instituto Social Medianeiras da Paz – ISMEP, com o prazo de vigência de 02 (dois) anos, renovável por sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos. De acordo com o Contrato de Gestão nº 001/2022, o repasse mensal é de R\$ 1.515.869,24¹ (hum milhão, quinhentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

A Unidade realiza procedimentos de baixa e média complexidade com estabilização dos pacientes de maior complexidade e com atendimento de urgência/emergência em Clínica Médica, Ortopédica e Pediátrica nas 24 horas e serviço de Odontologia 12h diurno, a partir de demanda espontânea e referenciada através do Serviço de Atendimento Pré Hospitalar Móvel (SAMU) e Corpo de Bombeiros. A Unidade conta com suporte ininterrupto em Laboratório de Patologia Clínica, Radiologia, ECG, possui 19 leitos de observação, ambulância para transporte adequado dos pacientes.

Para avaliação da Unidade, na análise para o repasse de 30% do valor global do Contrato de Gestão, em seus respectivos ciclos de avaliação são considerados indicadores de Produção, referentes ao repasse variável (20% do Repasse Total). Para a avaliação

dos indicadores de Qualidade estão diretamente ligados ao pagamento da parte variável do contrato (10% do valor global do contrato). Os Requisitos de Produção e Qualidade definidos para a Unidade estão descritos no Anexo Técnico I do Contrato de Gestão nº 001/2022. O Sistema de Avaliação por peso de Produção estão descritos no Anexo Técnico II do Contrato de acima mencionado.

QUADRO 01 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO POR PESO DE PRODUÇÃO

INDICADOR	META REALIZADA	VALOR A PAGAR (R\$)
PRODUÇÃO - QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA	Acima do volume contratado	20% do valor global do contrato
	Entre 85% e 100% do volume contratado	20% do valor global do contrato
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	15% do valor global do contrato
	Entre 55% e 69,99% do volume contratado	10% do valor global do contrato
	Entre 30 e 54,99% do volume contratado	5% do valor global do contrato
	Menor que 30% do volume contratado	0% do valor global do contrato

Fonte: Anexo Técnico II do Contrato de Gestão nº 001/2022.

QUADRO 02 – DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

INDICADORES DE QUANTIDADE (PRODUÇÃO) – 20% DO REPASSE – PARTE VARIÁVEL				
TIPOLOGIA	INDICADOR	E SPECIFICAÇÃO	META	FONTE DE VERIFICAÇÃO
QUANTITATIVO (Produção)	Atendimento de Urgência e Emergência Médica	12.375 atendimentos/mês	100,00%	Relatório do Sistema de Gestão/ SIA SUS (Art. 1º Lei 16.155/17)
	Atendimento de Urgência e Emergência Odontológica	786 atendimentos/mês		
INDICADORES DE QUALIDADE – 10% DO REPASSE – PARTE VARIÁVEL				
OBJETIVO	INDICADOR	E SPECIFICAÇÃO	META	FONTE DE VERIFICAÇÃO
ATENÇÃO AO USUÁRIO	Acolhimento com classificação de Risco (10% da parte Variável – Qualidade)	Acolhimento ao paciente e classificação do atendimento em conformidade com os protocolos vigentes	Envio do relatório mensal do ACCR	Relatório mensal, enviado à SES, de resultados do ACCR.
	Satisfação do usuário (10% da parte variável - qualidade)	Medir a satisfação do usuário atendido pela unidade e seus acompanhantes através de pesquisa de satisfação.	Atingir valor \geq a 90% de satisfação do usuário.	Relatório mensal, enviado à SES, do total dos questionários aplicados.
	Taxa de resolução das queixas recebidas (10% da parte variável - qualidade)	Aferir a taxa de resolatividade das queixas prestadas pelos usuários da unidade e seus acompanhantes	Atingir valor \geq a 80% de resolução das queixas recebidas.	Relatório mensal, enviado à SES, de acompanhamento das queixas recebidas e o tempo de resolução no período.
QUALIDADE DA INFORMAÇÃO	Taxa de profissionais médicos cadastrados no CNES (10% da parte variável - qualidade)	Garantir que os profissionais médicos que realizam os atendimentos nas unidades estejam devidamente cadastrados no CNES	100% do total de profissionais médicos da unidade cadastrados no CNES.	Relatórios mensal, enviado à SES, dos prontuários cadastrados nos sistemas do SUS com o respectivo cadastro do CNES do profissional médico.
	Registro da Produção no sistema SIA/SUS (10% da parte variável - qualidade)	Registrar a produção realizada pela unidade no sistema SIA/SUS no prazo preconizado pela regulação/SES	Registro de 100% no sistema SIA/SUS, dos atendimentos realizados na unidade, podendo apresentar no máximo 10% de glosas.	Relatório, mensal, enviado à SES, dos atendimentos realizados e registrados no sistema SIA/SUS.
QUALIDADE DO ATENDIMENTO	Escala médica (5% da parte variável - qualidade)	Averiguar o cumprimento da escala médica mínima prevista em contrato	Execução de 100% da escala médica	Relatório gerencial mensal, enviado à SES, contendo informações da escala médica.
	Escala médica (5% da parte variável - qualidade)	Averiguar o cumprimento da escala mínima prevista em contrato	Execução de 100% da escala	Relatório gerencial mensal, enviado à SES, contendo informações da escala.
	Taxa de atendimento de retorno em até 24hs (20% da parte variável - qualidade)	Avaliar a efetividade do atendimento realizado ao usuário.	Atingir valor \leq a 5% dos pacientes atendidos que retornaram para a unidade apresentando os mesmos sintomas do atendimento realizado ou queixas que representem complicações da doença de base e/ou do tratamento proposto (avaliado por meio do CID de saída) no prazo de 24hs.	Relatórios, mensais, enviados à SES, dos procedimentos cadastrados no sistema do SUS.
	Taxa de revisão de prontuários de pacientes com classificação de risco vermelho e amarelo (10% da parte variável - qualidade)	Certificar que os prontuários dos pacientes classificados como vermelho e amarelo foram revisados pela comissão de prontuários.	Revisar um quantitativo \geq a 90% do total de prontuários classificados como vermelho e amarelo.	Relatório mensal, enviado à SES, dos prontuários revisados pela comissão de prontuários com classificação de risco vermelho e amarelo.
ENSINO E PESQUISA	Taxa de execução do plano de educação permanente (10% da parte variável - qualidade)	Avaliar a execução do plano de educação permanente	Atingir valor \geq a 90% das atividades previstas para o plano de educação permanente	Relatório mensal, enviado à SES, de acompanhamento de execução das atividades de educação permanente do período.

Fonte: Anexo Técnico I do Contrato de Gestão nº 001/2022

Nota 01: O critério de avaliação da meta contratual da produção monitorada pela equipe técnica assistencial dessa Diretoria será considerada cumprida quando atingir o percentual mínimo de 85% do número de atendimentos médicos/mês, do parâmetro indicado no artigo 38 da Portaria MS N° 10/2017 e cláusula prevista no Contrato de Gestão.

1. INDICADORES DE PRODUÇÃO

Na avaliação de Produção, são considerados os Atendimentos de Urgência e Emergência Médica e Odontológica realizados pela UPA OLINDA e, de acordo com o Anexo Técnico I do Contrato de Gestão nº 001/2022, as metas contratadas correspondem a 12.375 atendimentos médicos/mês e 786 atendimentos odontológicos/mês.

1.1 Atendimento de Urgência e Emergência Médica

Conforme informações apresentadas no Parecer CTAI o total de Atendimentos Médicos nos meses de fevereiro e março de 2022, atingiu o volume de **17.102** atendimentos, representando um percentual de **64,53% em fevereiro de 73,66% em março, não cumprindo a meta contratada.**

Tabela 01. Meta contratada x Realizado – Atendimento de Urgência e Emergência Médica

Atendimentos de Urgência/Emergência Médica UPA OLINDA – Fevereiro a Março/2022		
Meses	fevereiro	março
Contratado	12.375	12.375
Realizado	7.986	9.116
% Produção Médica (Contratado x Realizado)	64,53%	73,66%
Status da Meta	Não Cumprida	Não Cumprida

Fontes: Parecer CTAI nº 268/2022 UPA Olinda - fevereiro e março/2022.

1.2 Atendimentos de Urgência e Emergência Odontológica

Conforme informações apresentadas no Parecer CTAI o total de Atendimentos Odontológicos nos meses de fevereiro e março/2022, atingiu o volume de 1.212 atendimentos, representando um percentual de **81,42** no mês de fevereiro e de **72,77%** em março, **não cumprindo a meta contratada.**

Tabela 02. Meta contratada x Realizado – Atendimento de Urgência e Emergência Odontológica

Atendimentos de Urgência/Emergência Odontológica UPA OLINDA – Fevereiro a Março/2022		
Meses	fevereiro	março
Contratado	786	786
Realizado	640	572
% Produção Médica (Contratado x Realizado)	81,42%	72,77%
Status da Meta	Não Cumprida	Não Cumprida

Fontes: Parecer CTAI nº 268/2022 - UPA Olinda – fevereiro e março/2022.

2. INDICADORES DE QUALIDADE

Os Indicadores de Qualidade definidos para a UPA Olinda estão descritos no Anexo Técnico I do Contrato de Gestão nº 001/2022, são eles:

2.1 Atenção ao Usuário:

2.1.1 Acolhimento com classificação de risco: Acolhimento ao paciente e classificação do atendimento em conformidade com os protocolos vigentes.

2.1.2 Satisfação do usuário: Medir a satisfação do usuário atendido pela unidade e seus acompanhantes através de pesquisa de satisfação.

2.1.3 Taxa de resolução das queixas recebidas: Aferir a taxa de resolutividade das queixas prestadas pelos usuários da unidade e seus acompanhantes.

2.2 Qualidade da Informação:

2.2.1 Taxa de profissionais médicos cadastrados no CNES: Garantir que os profissionais médicos que realizam os atendimentos nas unidades estejam devidamente cadastrados no CNES.

2.2.2 Registro da produção no sistema SIA/SUS: Registrar a produção realizada pela unidade no sistema SIA/SUS no prazo preconizado pela regulação/SES.

2.3 Qualidade do Atendimento:

2.3.1 Escala Médica: Averiguar o cumprimento da escala médica mínima prevista em contrato.

2.3.2 Taxa de atendimento de retorno em até 24hs: Avaliar a efetividade do atendimento realizado ao usuário.

2.3.3 Taxa de revisão de prontuários de pacientes com classificação de risco vermelho e amarelo: Certificar que os prontuários dos pacientes classificados como vermelho e amarelo foram revisados pela comissão de prontuários.

2.4 Ensino e Pesquisa:

2.4.1 Taxa de execução do plano de educação permanente: Avaliar a execução do plano de educação permanente.

Tabela 03. Resumo dos Indicadores de Qualidade

RESUMO DOS INDICADORES DE QUALIDADE					
INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO PARECER CTAI E SISTEMA DE GESTÃO - 2022					
UPA OLINDA – FEVEREIRO E MARÇO/2022					
INDICADOR DE QUALIDADE (10% Repasse Total)	CONTRATADO / META	Resultado nos Meses			STATUS
		janeiro	fevereiro	março	
1. Atenção ao Usuário					
1.1 Acolhimento com classificação de risco (10% da parte variável – qualidade)	Envio do relatório mensal do ACCR.	-	Não Enviado	Não Enviado	O Parecer CTAI informa que a Unidade não apresentou as informações, portanto, meta não cumprida.
1.2 Satisfação do usuário (10% da parte variável – qualidade)	Atingir valor \geq a 90% de satisfação do usuário.	-	Não Enviado	Não Enviado	De acordo com o Parecer CTAI as informações não foram apresentadas, portanto, meta não cumprida.
1.3 Taxa de resolução das queixas recebidas (10% da parte variável – qualidade)	Atingir valor \geq a 80% da resolução das queixas recebidas.	-	Não Enviado	Não Enviado	Conforme exposto no Parecer CTAI a Unidade não apresentou relatório com os resultados, assim, não cumprindo assim a meta no bimestre em análise.
2. Qualidade da Informação					
2.1 Taxa de profissionais médicos cadastrados no CNES (10% da parte variável – qualidade)	100% do total de profissionais médicos da unidade cadastrados no CNES.	-	Não Enviado	Não Enviado	O Parecer CTAI informa que a Unidade não enviou o relatório, portanto, meta não cumprida.
2.2 Registro da produção no Sistema SIA/SUS (10% da parte variável – qualidade)	Registro de 100% no sistema SIA/SUS, dos atendimentos realizados na unidade, podendo apresentar no máximo 10% de glosas.	-	0,06%	0,000%	A Unidade apresentou percentual abaixo de 10% no bimestre analisado, portanto, cumpriu a meta preconizada.
3. Qualidade do Atendimento					
3.1 Escala Médica (5% da parte variável – qualidade)	Execução de 100% da Escala Médica	-	Escala Completa	Escala Completa	No bimestre analisado, a Unidade apresentou escala completa prevista em sua Proposta de Trabalho. Portanto, ela cumpriu a meta.
3.1 Escala Odontológica (5% da parte variável – qualidade)	Execução de 100% da Escala Odontológica	-	Não Enviado	Não Enviado	De acordo com o Parecer CTAI as informações não foram enviadas, portanto, meta não cumprida.
3.2 Taxa de atendimento de retorno em até 24hs (20% da parte variável – qualidade)	Atingir valor \leq a 5% dos pacientes atendidos que retornaram para a unidade apresentando os mesmos sintomas do atendimento realizado ou queixas que representem complicações da doença de base e/ou do tratamento proposto (avaliado por meio do CID de saída) no prazo de 24hs.	-	0,72%	1,19%	No bimestre analisado, o Parecer CTAI informa que a Unidade atingiu a meta contratual. Portanto, meta cumprida no período.
3.3 Taxa de revisão de prontuários de pacientes com classificação de risco vermelho e amarelo (10% da parte variável - qualidade)	Revisar um quantitativo \geq a 90% do total de prontuários classificados como vermelho e amarelo.	-	Não Enviado	Não Enviado	No bimestre analisado, o Parecer CTAI informa que o relatório não foi enviado. Portanto, meta não cumprida no período.
4. Ensino e Pesquisa					
4.1 Taxa de execução do plano de educação permanente (10% da parte variável - qualidade)	Atingir valor \geq a 90% das atividades previstas para o plano de educação permanente	-	Não Enviado	Não Enviado	De acordo com o Parecer CTAI as informações não foram enviadas, portanto, meta não cumprida.

Fontes: Parecer CTAI nº 268/2022 - UPA Olinda – fevereiro e março/2022.

Conforme exposto no Parecer CTAI nº 268/2022 no que diz respeito ao Indicador de Qualidade – Satisfação do Usuário a Unidade apresentou os resultados das pesquisas realizadas, de acordo com o apresentado no sistema de Gestão nos meses de fevereiro e março, porém o modelo de questionário utilizado diverge do estabelecido contratualmente, como também, a forma de apresentação do percentual de satisfação.

3. APONTAMENTO DE DESCONTO ²

A UPA Olinda não cumpriu com as metas valoradas nos meses de fevereiro e março do Indicador de Produção Atendimentos de Urgência e Emergência Médica e nos Indicadores de Qualidade: Acolhimento com Classificação de Risco, Satisfação do Usuário, Taxa de Resolução das Queixas Recebidas, Taxa de Profissionais Médicos Cadastrados no CNES, Escala Odontológica ³, Taxa de Revisão de Prontuários de pacientes com Classificação Vermelho e Amarelo e Taxa de Execução do Plano de Educação Permanente, de acordo com as metas preconizadas no Contrato de Gestão nº 001/2022. Segue abaixo tabela de desconto:

Tabela 04. Apontamento de Desconto		
Repasse Variável – UPA OLINDA		
Fevereiro e Março/2022		
Atendimentos Médicos (20%)		R\$ 1.515.869,24
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	10,00%	R\$ 151.586,92
março	5,00%	R\$ 75.793,46
Total		R\$ 227.380,39
Satisfação do Usuário (1%)		R\$ 15.158,69
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	1,00%	R\$ 15.158,69
março	1,00%	R\$ 15.158,69
Total		R\$ 30.317,38
Acolhimento com Classificação de Risco (1%)		R\$ 15.158,69
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	1,00%	R\$ 15.158,69
março	1,00%	R\$ 15.158,69
Total		R\$ 30.317,38
Taxa de resolução de queixas recebidas (1%)		R\$ 15.158,69
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	1,00%	R\$ 15.158,69
março	1,00%	R\$ 15.158,69
Total		R\$ 30.317,38
Taxa de profissionais médicos Cadastrados do CNES (1%)		R\$ 15.158,69
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	1,00%	R\$ 15.158,69
março	1,00%	R\$ 15.158,69
Total		R\$ 30.317,38
Escala Odontológica (0,5%)		R\$ 7.579,35
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	0,50%	R\$ 7.579,35
março	0,50%	R\$ 7.579,35
Total		R\$ 15.158,69
Taxa de revisão de prontuários de pacientes com classificação de risco vermelho e amarelo (1%)		R\$ 15.158,69
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	1,00%	R\$ 15.158,69
março	1,00%	R\$ 15.158,69
Total		R\$ 30.317,38
Taxa de Execução do Plano de Educação Permanente (1%)		R\$ 15.158,69
Meses	% Desconto	Descontos Apontados
fevereiro	1,00%	R\$ 15.158,69
março	1,00%	R\$ 15.158,69
Total		R\$ 30.317,38

Fontes: Anexo Técnico II do Contrato de Gestão nº 001/2022 - UPA Olinda – fevereiro e março/2022.

A Unidade através do Ofício 13/2022 apresentou justificativas pelo não atingimento das metas no mês de fevereiro para o Indicador de Produção Atendimentos de Urgência e Emergência e para os Indicadores de Qualidade Satisfação do Usuário Taxa de Médicos Cadastrados no CNES e Taxa de Revisão Prontuários de Pacientes com Classificação Vermelho e Amarelo, as quais foram analisadas pela CTAI que opinou favoravelmente às justificativas apresentadas, porém, não foram apresentadas justificativas para o não alcance das metas contratuais para os demais Indicadores de Qualidade, como também, não apresentou nenhuma justificativa referente ao não cumprimento das metas referente ao mês de março. A CTAI informou que notificará à Contratada para que preste os esclarecimentos necessários.

4. SOBRE A EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19)

Após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar o surto do Novo Coronavírus (Covid-19) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Mundial em 30/01/2020, o Brasil reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública em 18/03/2020 e nesta mesma data o Estado de Pernambuco confirmou o primeiro caso de transmissão comunitária do Novo Coronavírus. Diante do cenário vivido o foi necessário a implementação de um conjunto de ações para enfrentamento do surto da doença, descrito no Plano de Contingência para Infecção Humana pelo SARS-Cov-2 estadual.

Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus o Estado de Pernambuco regulamentou algumas medidas temporárias publicado no Decreto Estadual nº 48.809 de 14 de março de 2020, em seguida, em 20 de março de 2020 foi publicado o Decreto Estadual nº 48.833, declarando Estado de Calamidade Pública no âmbito do Estado de Pernambuco, prorrogada pelo Decreto nº 52.050, de 22 de dezembro de 2021, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022 até 31 de março de 2022.

Ressaltamos que em decorrência da pandemia COVID-19, o Artigo 3º, § 5º da Lei Complementar nº 425/202, determinou a suspensão das obrigações relacionadas ao cumprimento de metas pactuadas, in verbis:

“Art. 3º O titular do órgão ou entidade contratante, ou outra autoridade a quem delegar, fica autorizado a adotar meios alternativos à dispensa de licitação prevista nesta Lei, que repute mais adequados ao atendimento da necessidade administrativa, tais como convênios, acordos de cooperação, compras coletivas, adesão a atas de registro de preços internas ou de outros entes e termos aditivos a contratos em curso ou termos de ajuste de cunho indenizatórios.

(...)

§ 5º - Nas contratações firmadas com Organizações Sociais de Saúde, Hospitais de Ensino e Hospitais Filantrópicos, em curso, ficam suspensas as obrigações relacionadas ao cumprimento das metas pactuadas, a apresentação dos respectivos relatórios de acompanhamento e avaliação, previstas no art. 14 da Lei nº 15.210, de 19 de dezembro de 2013, e Portarias do Ministro da Saúde, bem como outras formalidades incompatíveis com a situação de emergência, devendo ser estabelecido regime de transição para a execução dos referidos contratos durante este período”.

5. PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO INTERNO DO CONTRATO DE GESTÃO

O Parecer CTAI nº 268/2022 afirma em sua conclusão que: *“A Comissão Técnica de Acompanhamento Interno dos Contratos de Gestão - CTAI tem primado pelo monitoramento eficaz das metas e serviços pactuados, levando-se em consideração todos os aspectos apresentados nos relatórios enviados pela Unidade UPA Olinda, gerenciada pela Organização Social de Saúde - Instituto Social Medianeiras da Paz, sob o prisma dos princípios da eficiência e da legalidade da Administração Pública. Esta Comissão fundamentada no inciso IV do parágrafo único do artigo 15 da Lei Estadual nº 15.210/2013, alterada pelas Leis nº 16.152/2017, nº 16.155/2017 e nº 16.771/2019 e da Lei Complementar nº 425 de 25 de março de 2020, elabora o presente parecer, visando o acompanhamento, fiscalização e supervisão por esta Secretaria”.*

6. QUALIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE

No que diz respeito à qualificação da Organização Social de Saúde Instituto Social Medianeiras da Paz (ISMEP), observa-se que através do Decreto nº 52.208, de 25 de janeiro de 2022, com efeito retroativo a 1º de novembro de 2021, a OSS nos meses em análise, **atendeu** ao disposto no Art. 4º da Lei Estadual nº 15.210/2013, abaixo transcrito:

“Art. 4º – A cada dois anos, as entidades qualificadas como Organizações Sociais de Saúde deverão fazer a renovação da titulação (...)”

7. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Tendo em vista que o Contrato de Gestão nº 001/2022 iniciou em 01/02/2022, não há informações financeiras a relatar sobre o trimestre anterior.

8. CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO MISTA DE AVALIAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

Após análise e apreciação do material enviado pela **Comissão Técnica de Acompanhamento Interno – CTAI**, esta Comissão entende se fazerem necessárias as seguintes recomendações, referentes à execução do **Contrato de Gestão nº 001/2022 – UPA Olinda**:

À CTAI:

01. O valor de repasse mensal constante na 5ª Cláusula do Contrato de Gestão nº 001/2022 (R\$ 1.515.869,24) diverge do informado no Parecer CTAI, tópico 4 e do valor utilizado para cálculo do apontamento de desconto no tópico 06. Com isso, essa Comissão Mista solicita correção do valor e recálculo dos apontamentos informados.

02. No quesito “Dos Apontamentos de Descontos”, o Parecer CTAI nº 268/2022, apresenta para esse apontamento de descontos, o valor global de repasse mensal de R\$ 1.486.146,31, para o indicador de Produção (Atendimento de Urgência e Emergência) e de R\$ 1.624.714,74, para os indicadores de Qualidade. O repasse mensal da Unidade é de R\$ 1.515.869,24 (hum milhão, quinhentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2022, perfazendo um valor total anual de R\$ 18.190.430,88 (dezoito milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e trinta reais e oitenta e oito centavos), como descrito no Contrato de Gestão e Termo de Rerratificação ao Contrato. Diante do exposto, esta Comissão Mista solicita esclarecimentos sobre a aplicação desses valores, bem como a correção dos valores nas tabelas de descontos, conforme prevê o Contrato de Gestão.

03. Conforme Contrato de Gestão nº 008/2022, o indicador de Atendimentos de Urgência e Emergência Odontológica também possui meta valorada. Com isso, essa Comissão Mista solicita esclarecimentos sobre qual percentual do montante referente aos Indicadores de Produção (20% do valor global do contrato) estará relacionado ao atingimento da meta de Atendimentos de Urgência e Emergência Odontológica, bem como esclarecimentos do não apontamento de desconto pela meta não cumprida.

CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas no Parecer CTAI nº 268/2022, nos anexos recebidos, bem como de acordo com o Contrato de Gestão nº 001/2022 e seus Termos aditivos, esta Comissão Mista conclui que a Unidade ora analisada **cumpriu as obrigações contratuais nos meses de fevereiro e março de 2022**, exceto nos Indicadores de Produção Atendimentos de Urgência e Emergência Médica e de Urgência e Emergência Odontológica, como também nos Indicadores de Qualidade: Acolhimento com Classificação de Risco, Satisfação do Usuário, Taxa de Resolução das Queixas Recebidas, Taxa de Profissionais Médicos Cadastrados no CNES, Escala Odontológica, Taxa de Revisão de Prontuários de pacientes com Classificação Vermelho e Amarelo e Taxa de Execução do Plano de Educação Permanente, conforme relatado. Apesar disso, a UPA Olinda vem cumprindo sua principal função, que é atender aos usuários do Sistema Único de Saúde que procuram o serviço, com eficiência e qualidade, em concordância com os termos do inciso IV, do parágrafo único do artigo 15 da Lei Estadual nº 15.210/2013, com redação alterada pela Lei Estadual nº 16.771/2019.

É o Parecer.

Salvo Melhor Juízo.

Recife, 11 de agosto de 2022.

BRUNA RAMOS PAES BARRETO

Matrícula 434.732-3/SES

Revisora

DANIEL MARQUES RAMOS CARNEIRO

Matrícula 324.268-4/SEPLAG

Revisor

KEOLA NASCIMENTO DE FRANÇA

Matrícula 434.139-2/SES

Revisora

MANOEL CAETANO CYSNEIROS DE ALBUQUERQUE NETO

Matrícula 406.111-0/SAD

Relator

PATRÍCIA MARIA SANTOS ANDRADE

Matrícula 389.822-9/SES

Revisora



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Caetano Cysneiros de Albuquerque Neto**, em 12/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Keola Nascimento de França**, em 12/08/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Maria Santos Andrade**, em 12/08/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Marques Ramos Carneiro**, em 12/08/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Bruna Ramos Paes Barreto**, em 12/08/2022, às 11:34, conforme horário oficial de Recife,



com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27276455** e o código CRC **D6CE44FC**.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, - Bairro Bongí, Recife/PE - CEP 50751-530, Telefone: